



Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

 **Atena** Editora

Ano 2018

Atena Editora

Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

| | |
|------|--|
| T291 | Tendências da contabilidade contemporânea 2 [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 2.622 kbytes Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-09-3 DOI 10.22533/at.ed.093183108 1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Atena Editora. CDD 657 |
|------|--|

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A CONTROLADORIA NA GESTÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NO PARANÁ | |
| <i>Maico Schnell</i> <i>Roberto Francisco de Souza</i> <i>Delci Grapegia Dal Vesco</i> | |
| CAPÍTULO 2 | 20 |
| A PERÍCIA ATUARIAL E O REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA EM PLANOS DE SAÚDE ANTERIOR AO ESTATUTO DO IDOSO | |
| <i>Idalberto José das Neves Júnior</i> <i>Ana Luiza Sallai</i> <i>Kátia Aparecida Alves Pacheco</i> <i>Marcelo Daia Barreto</i> | |
| CAPÍTULO 3 | 37 |
| AS FUNÇÕES DE CONTROLADORIA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DIFERENCIADAS | |
| <i>Vanessa Fernanda Rios de Almeida</i> <i>Ederlei da Silva Miranda</i> <i>Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima</i> <i>Ernani Marques de Almeida</i> | |
| CAPÍTULO 4 | 52 |
| ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA | |
| <i>Rodrigo Oliveira Miranda</i> <i>Lucas Gurgel Mota Saraiva</i> | |
| CAPÍTULO 5 | 69 |
| CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO AHP PARA A GESTÃO DE RISCOS NO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA | |
| <i>Sandro Augusto Martins Bittencourt</i> <i>Adriana Gabbi</i> <i>Renata Lúcia Basso</i> | |
| CAPÍTULO 6 | 87 |
| CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | |
| <i>Israel Dal Ri</i> <i>Maria Ivanice Vendruscolo</i> <i>Ismael Paulo Heissler</i> | |
| CAPÍTULO 7 | 108 |
| DETERMINANTES DE REAL EARNINGS MANAGEMENT: O CASO DAS EMPRESAS NÃO COTADAS EUROPEIAS | |
| <i>Cristina Gaió</i> <i>Tiago Gonçalves</i> <i>Ana Castelhana</i> <i>ISEG, Universidade de Lisboa</i> | |
| CAPÍTULO 8 | 129 |
| FATORES DISCRIMINANTES ENTRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA E PAPEL E CELULOSE | |
| <i>Cleston Alexandre dos Santos</i> <i>Inês Francisca Neves Silva</i> <i>Marialva Tomio (In Memoriam)</i> | |
| CAPÍTULO 9 | 147 |
| FATORES EXPLICATIVOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS PÚBLICOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PREGÃO ELETRÔNICO NO MERCADO BRASILEIRO | |
| <i>Silvio Paula Ribeiro</i> <i>Clari Schuh</i> | |

| | | |
|--|---|------------|
| | <i>Clóvis Antônio Kronbauer</i> | |
| | <i>Viviane da Costa Freitag</i> | |
| CAPÍTULO 10 | | 163 |
| INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS | | |
| | <i>Bradlei Ricardo Moretti</i> | |
| | <i>Bianca Cecon</i> | |
| | <i>Roberto Carlos Klann</i> | |
| CAPÍTULO 11 | | 183 |
| MODELO DECISÓRIO NO MERCADO FINANCEIRO: | | |
| UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS E DA RACIONALIDADE LIMITADA | | |
| | <i>Alex Diego Souza Queiroz</i> | |
| | <i>Joseílton Silveira da Rocha</i> | |
| | <i>Marília Oliveira dos Reis</i> | |
| CAPÍTULO 12 | | 203 |
| MOTIVOS DA NÃO SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DO ICMS PELAS EMPRESAS | | |
| | <i>Oderlene Vieira de Oliveira</i> | |
| | <i>Marcella Gonçalves Furtado</i> | |
| CAPÍTULO 13 | | 216 |
| PROPOSTA DE USO DE FILMES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS | | |
| | <i>Wellington Silva Porto</i> | |
| | <i>Fernanda de Assis Dutra</i> | |
| | <i>Marco Túlio José de Barros Ribeiro</i> | |
| | <i>Umbelina Cravo Teixeira Lagioia</i> | |
| | <i>José Arilson de Souza</i> | |
| CAPÍTULO 14 | | 242 |
| SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E ESTRATÉGIA: | | |
| UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MODELOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO | | |
| | <i>Solange Garcia</i> | |
| | <i>Fernanda Dandaro</i> | |
| CAPÍTULO 15 | | 263 |
| TARGET COSTING: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE OS ANOS 2006 E 2015 | | |
| | <i>Laiane Silva Santos</i> | |
| | <i>Kleber da Silva Cajaíba</i> | |
| CAPÍTULO 16 | | 279 |
| TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL: | | |
| UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS | | |
| | <i>Juliano Francisco Baldissera</i> | |
| | <i>Clóvis Fiirst</i> | |
| | <i>Denis Dall Asta</i> | |
| | <i>Udo Strassburg</i> | |
| CAPÍTULO 17 | | 300 |
| TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: APLICAÇÃO DA LAI NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL SOB A ABORDAGEM DA TEORIA CONTINGENCIAL | | |
| | <i>Juliano Francisco Baldissera</i> | |
| | <i>Clóvis Fiirst</i> | |
| | <i>Ivan Rafael Defaveri</i> | |
| | <i>Everton Luiz Folador</i> | |
| SOBRE OS AUTORES | | 320 |

CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Israel Dal Ri

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS

Maria Ivanice Vendruscolo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS

Ismael Paulo Heissler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS

RESUMO: A convergência das normas contábeis é um assunto em evidência no cenário contábil. Normativas emitidas pelos organismos internacionais são emitidas e atualizadas continuamente e o Brasil vem se adaptando a elas. No caso da IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, a adoção por parte do Conselho Federal de Contabilidade foi realizada em 2009 pela NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e alterações posteriores que dispõe sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis, incluindo a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O presente estudo tem por objetivo investigar a estrutura e divulgação da DRA pelas empresas de capital aberto em suas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A amostra do estudo foram as companhias que compõem o índice IBrX-50 da B3. Adotou-

se a metodologia qualitativa de análise, que permitiu verificar que em 100% das companhias analisadas foi divulgada a DRA quando da publicação de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas na CVM. Em 10,2% da amostra não ocorreram operações relacionadas com os itens dos Outros Resultados Abrangentes. O item divulgado mais recorrente entre as companhias refere-se aos “ganhos/perdas derivados de conversão de demonstrações de operações exterior”. A variação provocada pelos Outros Resultados Abrangentes no resultado consolidado da amostra pode ir de menos de 1% a mais de 100%.

PALAVRAS-CHAVE: Convergência das normas contábeis. Demonstração do Resultado Abrangente. Normas Brasileiras de Contabilidade.

ABSTRACT: The convergence of accounting standards is an issue highlighted in the book scene. Regulations issued by international organizations are issued and continuously updated and Brazil has been adapting to them. In the case of IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, the adoption by the Federal Accounting Council was held in 2009 on NBC TG 26 - *Presentation of Financial Statements*, as amended. NBC TG 26 (R1) provides for the complete set of financial statements, including the Comprehensive Income Statement (DRA).

The present study aims to investigate the structure and distribution of the DRA by publicly traded companies in its financial statements for the year ended 31 December 2013. The study sample were companies that compose the IBrX-50 index of B3. Adopted the qualitative methodology of analysis, which showed that 100% of the companies analyzed was the DRA disclosed when publishing its Financial Statements Standardized the CVM. In 10.2% of the sample did not occur operations related to the items of other comprehensive income. The item disclosed most recurrent among the companies refers to “gains / losses derived from conversion of statements of foreign operations”. The variation caused by other comprehensive income in the consolidated sample result can range from less than 1% to over 100%.

KEYWORDS: Convergence of accounting standards. Statement of Comprehensive Income. Brazilian Accounting Standards.

1 | INTRODUÇÃO

Com a globalização das economias mundiais, a internacionalização do mercado de capitais e o crescimento das operações multinacionais surgiu, portanto, a necessidade de uma convergência no que se refere às demonstrações contábeis (*financial reports*). Nesse sentido, o *International Accounting Standards Board* (IASB), organismo regulador internacional, edita as Normas Internacionais de Contabilidade. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tem entre os principais objetivos e funções o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos que permitam a emissão de normas convergentes ao padrão internacional pela entidade reguladora brasileira, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que edita as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

A norma IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, emitida pelo IASB, dispõe sobre as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades. Exercendo sua função, o CPC aprovou a emissão do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que foi elaborado a partir da IAS 1. Por fim, o CFC, através da Resolução 1.185/09, aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que está em vigor desde 15 de setembro de 2009. Dentre as demonstrações elencadas, nas normas supracitadas, encontra-se a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Alguns estudos correlatos sobre a DRA foram identificados (SOUTES; SCHVIRCK, 2006, LIN; RONG, 2012, MELO, 2013, CURCINO; LEMES; BOTINA, 2014). Soutes e Schvirck (2006) entenderam que o lucro líquido é melhor indicado para avaliação da eficiência da administração de alguma empresa do que o lucro abrangente. De forma similar, Lin e Rong (2012) verificaram que a Demonstração do Resultado Abrangente pode estar negativamente ligada com o gerenciamento de resultados. Melo (2013) traz, ainda, que no ano de 2011, dois após a publicação da Resolução 1.185/09, cerca de 40% das empresas, de determinada amostra, apresentavam a

DRA em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas. Finalmente, Curcino, Lemes e Botina (2014) verificaram o impacto da evidenciação do resultado abrangente sobre os indicadores financeiros de rentabilidade de determinadas empresas.

Após a pesquisa do estado da arte sobre o tema, verificou-se, entretanto, carência de publicações e de material acadêmico sobre a DRA, que sejam de fácil interpretação e, ao mesmo tempo, didáticos. Logo, questiona-se: Qual a evidenciação dos seus resultados abrangentes pelas companhias brasileiras?

Para responder essa questão, o objetivo do presente trabalho é investigar a estrutura e divulgação da DRA pelas empresas de capital aberto em suas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação atual (NBC e IAS). Sendo assim, busca-se, além de aumentar em quantidade e qualidade do material sobre o assunto, de certa forma, incentivar a produção de novas pesquisas.

O trabalho está organizado em mais três seções adicionais a essa introdução. A seção 2 aborda o referencial teórico, a qual contém tópicos sobre a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional e os fundamentos teóricos sobre a Demonstração do Resultado Abrangente. A seção 3 apresenta a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados (caracterização do tipo de pesquisa e da amostra de empresas selecionada) para atingir os objetivos do trabalho. Na seção 4 são apresentadas as análises e os resultados da pesquisa. E, finalmente, a seção 5 aborda as considerações finais sobre o estudo e sugere futuras investigações sobre o tema.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção estão dispostos os fundamentos teóricos sobre a Demonstração do Resultado Abrangente, contemplando os normativos contábeis que a estipulam.

2.1 Informações Contábeis e a Convergência das Normas Contábeis

Um sistema contábil deve ser capaz de produzir um conjunto básico e padronizado de informações úteis para um bom número de usuários. Ele deve ser capaz de comunicar usuário das informações contábeis, informações requeridas e adequadas às necessidades deste (IUDÍCIBUS, 1997).

O profissional contábil é o responsável por gerá-las, organizá-las e transmiti-las aos destinatários: (i) pertencente à organização: gestores, auditores internos ou (ii) não pertencente à organização: governo, auditores externos, credores, etc.. Os dois agentes (profissional contábil e destinatário) têm seus papéis bem definidos. A forma como a informação é tratada e disponibilizada porém, pode variar de acordo com o ambiente em que ambos estão inseridos.

A Contabilidade é uma ciência social e, por esse motivo, não pode ser analisada em desconjunção com o ambiente em que está inserida. Cada ambiente pode apresentar características que influenciem a formação de seu sistema contábil. Dessa forma, a

convergência das normas contábeis tornou-se importante na medida em que a interação entre empresas, governos, acionistas e outros *stakeholders*, de ambientes distintos, encontra-se em constante mutação e evolução (WEFFORT, 2005, NYAMA, 2008). Assim, embora a Contabilidade tenha o mesmo fim, em todos os países, os meios para que ele seja alcançado podem se tornar diferentes (SANTOS; FERNANDES; SCHMIDT, 2006; WEFFORT, 2005).

Alguns dos fatores que afetam a informação produzida podem ser visualizados no Quadro 1.

| Razões Genéricas | Exemplos de Razões Específicas |
|--|--|
| Características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis | Nível de educação e sofisticação dos usuários; Tipo de sistema de financiamento; Características das empresas. |
| Características dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores) | Sistema de educação profissional; <i>Status</i> , idade e tamanho da profissão contábil. |
| Modos pelos quais se pode organizar a sociedade sob a qual o modelo contábil se desenvolve | Sistema político; Sistema econômico; Sistema jurídico; Sistema fiscal. |
| Aspectos culturais | Valores culturais; Religião; Linguagem. |
| Outros fatores externos | Históricos; Geográficos; Laços econômicos e políticos. |

Quadro 1 – Fatores que afetam a informação contábil

Fonte: Weffort (2005).

Considerando os fatores elencados e levando em consideração que na atual perspectiva a internacionalização dos mercados encontra-se em seu ápice, a competição global entre as empresas aumenta a cada ano. Exemplificando, pelos estudos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - Cepea, o agronegócio brasileiro bateu seu recorde de receita com exportações – U\$\$ 101,5 bilhões em 2013 (BARROS; ADAMI; ZANDONÁ, 2014).

O mercado de capitais apresenta um aumento nas transações, desde a década de 1990, sendo de extrema importância que os profissionais contábeis disponibilizem informações que sejam úteis, comparáveis e transparentes para sua rede de usuários (RURALBR, 2014).

Antecipando-se a isso, a sociedade contábil internacional tomou iniciativa e, desde 1973, com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC) que promulgou um número substancial de pronunciamentos, interpretações, e *frameworks* conceituais que foram base para estruturação contábil de muitos países,

em relação à convergência das normas contábeis em nível mundial. Em 2001 o IASC foi transformado em *International Accounting Standards Board* (IASB), que tem como atual missão o desenvolvimento, sem fins lucrativos, de normas internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards - IAS/International Financial Reporting Standard - IFRS*) para que as demonstrações contábeis atendam às necessidades dos seus usuários. Espera-se, por benefícios da existência do IASB, uma maior comparabilidade das informações contábeis produzidas pelas empresas de diferentes países, sendo possível a compreensão e interpretação de dados de companhias de diferentes ambientes (NYAMA, 2008).

No Brasil a convergência veio à tona um pouco mais tarde. As ações mais efetivas foram a criação da Lei nº 11.638/07 e, posteriormente, da Lei nº 11.941/09, que alteraram alguns dispositivos da legislação societária, a Lei nº 6.404/76 e também da Lei nº 6.385/76, sobre a autorização da realização de um convênio entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), organismo contábil destinado à emissão de normas às companhias de capital aberto e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tem por objetivos a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Pode-se dizer que, pela necessidade de apadronização das demonstrações financeiras ser cada vez maior, organismos como o IASB e o CPC se beneficiam disso e acabam se destacando. É o que escreve a Deloitte em seu relatório anual “IFRS ao seu alcance”:

[...] o IASB em sua curta história passou de um “*start-up* inovador internacional” para um “órgão regulador internacional que emitiu palavras que seriam escritas em linguagem de lei pelas nações do mundo”. Mais da metade das empresas Fortune Global 500 agora reportam usando IFRS (DELOITTE, 2014).

Atualmente o cenário da convergência das normas contábeis se encontra em constante progresso, porém, voltado agora para projetos e publicação de normativos mais específicos.

2.2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Uma das principais normas emitidas pelo IASB é a IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (Apresentação das Demonstrações Financeiras), divulgada em 18 de dezembro de 2003. Ela estabelece os fundamentos gerais para demonstrações contábeis, incluindo como estas devem ser estruturadas, os requisitos mínimos do seu conteúdo e os conceitos básicos ligados ao assunto (*INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2007*).

Quase quatro anos mais tarde, em 6 de setembro de 2007, uma versão revisada foi publicada, com seus efeitos valendo a partir de 1º de janeiro de 2009 e a adoção prévia permitida. Nessa versão, uma das principais alterações foi a inclusão dos Outros Resultados Abrangentes, cuja forma de apresentação poderia ser feita de duas maneiras: (i) separada, a Demonstração do Resultado Abrangente ou (ii) em uma única demonstração, em conjunto com a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Em 2009, o projeto IASB denominado “Apresentação das demonstrações financeiras – outros resultados abrangentes”, tinha a proposta de eliminar a possibilidade de apresentação dos Outros Resultados Abrangentes separados da DRE. Sua proposta não foi cumprida, mas gerou mais uma alteração na IAS 1, que foi publicada em junho de 2011: ao invés de eliminar a forma de apresentação separada, ela revisou a forma com que os Outros Resultados Abrangentes são apresentados (*INTERNATIONAL ACCCOUNTING STANDARDS BOARD, 2007*).

Em 17 de julho 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exercendo sua função de emissão de pronunciamentos, levando em conta o processo de convergência às normas internacionais, aprovou a criação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. O pronunciamento foi elaborado com base na IAS 1, conforme a própria instituição cita no seu termo de aprovação: O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (IASB), e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTABILIDADE, 2009).

O CPC dispõe para fins de adoção de seus pronunciamentos técnicos, que seja referendado pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 2009 o CFC aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 2011, com a alteração ocorrida na norma internacional, as instituições brasileiras também tiveram que se adaptar. Foi o que ocorreu. O CPC publicou uma edição revisada o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o CFC, através da Resolução CFC Nº 1.376/11 tratou de modificar a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a fim de que ela também sofresse as alterações ocorridas.

A CVM tem, entre seus principais objetivos, disciplinar o mercado de valores mobiliários e a atuação das companhias abertas (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014). Para garantir ao público a confiabilidade das demonstrações contábeis e o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade, a CVM adota os pronunciamentos técnicos do CPC. Nesse sentido, a adoção do CPC 26 foi feita através da Deliberação Nº 595, de 15 de setembro de 2009 e do CPC 26 (R1) através da Deliberação Nº 676, de 13 de dezembro de 2011 (que também revogou a deliberação Nº 595/2009, fazendo uma “atualização” da normativa). Com isso, as companhias abertas ficaram obrigadas a apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente junto as suas demonstrações financeiras, já que ela faz parte do conjunto completo de demonstrações contábeis disposto na norma.

2.3 Demonstração do Resultado Abrangente

Nesta seção serão apresentados os conceitos e principais pontos da NBC relativos à Demonstração do Resultado Abrangente. A NBC TG 26 (R1), seguindo o modelo do IASB e do CPC, define os conceitos utilizados no pronunciamento e

apresenta duas definições para Resultado Abrangente:

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. [...] Resultado abrangente compreende todos os componentes da “demonstração do resultado” e da “demonstração dos outros resultados abrangentes” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Essa segunda definição trata mais do conceito financeiro, considerando o resultado abrangente como o “lucro abrangente”. Os Outros Resultados Abrangentes compreendem

itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Segundo Iudícibus (2010, p.4), os “outros resultados abrangentes” citados na norma são as variações do patrimônio líquido da entidade (reservas de reavaliação, certos ajustes de instrumentos financeiros, variações cambiais de investimentos no exterior e outros) que poderão transitar no futuro pelo resultado do período ou reconhecidos direto no Patrimônio Líquido das entidades.

Em termos de sua estrutura, o demonstrativo deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas (IUDÍCIBUS, 2010; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011):

- a) o resultado líquido do período;
- b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item c);
- c) a parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial; e
- d) resultado abrangente do período.

A norma abre, ainda, possibilidade para criação de outras rubricas e contas, títulos e subtotais quando tal apresentação for relevante para compreensão do desempenho da entidade ou então para adaptar nomenclaturas à atividade da instituição (como pode ser o caso de uma instituição financeira, por exemplo).

Os componentes tratados em Outros Resultados Abrangentes incluem (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011):

- a) variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente (NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e NBC TG 04 – Ativo Intangível);
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados;
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- d) Ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração); e

e) efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa (NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

As referidas normas específicas, seguindo o exemplo da NBC TG 26, têm sua redação baseada em normas emitidas pelo IASB, que foram adaptadas através de pronunciamentos do CPC e adotadas como Norma Brasileira de Contabilidade pelo CFC, posteriormente.

Consta ainda, na NBC TG 26 (R1), que a Demonstração do Resultado Abrangente pode ser apresentada tanto (i) incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), quanto (ii) através de relatório próprio, ou (iii) na DRE, sendo vedada a apresentação apenas na primeira forma (IUDÍCIBUS, 2010, p. 483).

Assim, a DRA evidencia de forma clara uma conciliação entre o resultado líquido do período, afetado pelos outros resultados abrangentes, decorrentes do tratamento contábil de outros fatos que não transitam pelo resultado no exercício de competência.

Exemplos da estrutura e evidenciação da DRA são evidenciados nos Quadros 2 e 3, respectivamente.

| Descrição | Capital Social | [...] | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido Consolidado |
|--|----------------|-------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Saldos Iniciais | | | | | |
| Transações de Capital com os Sócios | | | | | |
| Lucro Líquido do Período | | | | | |
| Ajustes Instrumentos Financeiros | | | | | |
| Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros | | | | | |
| Equivalência Patrimonial sobre ganhos abrangentes de coligadas | | | | | |
| Ajustes de Conversão do Período | | | | | |
| Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período | | | | | |
| Outros Resultados Abrangentes | | | | | |
| Reclassificação. p/ Resultado – Ajustes Instrumentos Financeiros | | | | | |
| Resultado Abrangente Total | | | | | |
| Constituição de Reservas | | | | | |
| Realização da Reserva Reavaliação | | | | | |
| Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação | | | | | |
| [...] | | | | | |
| Saldos Finais | | | | | |

Quadro 2 – Demonstração do Resultado Abrangente apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

[...] Outros subgrupos e mutações do patrimônio líquido

O Quadro 3 exemplifica a divulgação dos resultados abrangentes em demonstrativo próprio.

| Demonstração do Resultado Abrange | Exercício x1 | Exercício x0 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultado líquido do período | | |
| (+/-) Outros resultados abrangentes | | |
| Variações na reserva de reavaliação | | |
| Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos | | |
| Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior | | |
| Ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de <i>hedge</i> em <i>hedge</i> de fluxo de caixa | | |
| (+/-) Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial | | |
| (=) Resultado abrangente do período | | |

Quadro 3 – Demonstração do Resultado Abrangente apresentada em relatório próprio

Fonte: Adaptado de CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2011).

Cada item dos “outros resultados abrangentes”, ilustrados no Quadro 3, é composto de determinada forma e tem sua base normativa específica. A fim de fornecer subsídios teóricos ao receptor da informação contábil, cada item é analisado nas alíneas a seguir (IUDÍCIBUS, 2010, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

a) Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente:

Primeiramente cabe ressaltar que a reserva de reavaliação foi extinta por força da Lei nº 11.638/07, logo, as variações que ocorrerem nesta conta são referentes a seu saldo (BRASIL, 2007). Variações essas que podem ocorrer devido a reavaliações de bens do ativo imobilizado (as quais são tratadas pela NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado) ou do ativo intangível (as quais são tratadas pela NBC TG 04 – Ativo Intangível).

A reavaliação pode ocorrer desde que o item (tanto do imobilizado como do intangível) já tenha sido reconhecido com ativo. Ela tem por fim apresentar seu valor contábil (do item) sem divergência em relação ao seu valor justo na data de divulgação, obtido no mercado ativo (IUDÍCIBUS, 2010).

Caso não exista mercado ativo ainda é possível verificar seu valor justo através de cálculos de especialistas. Já a reavaliação de ativos intangíveis se apresenta mais difícil, já que nem sempre há um mercado ativo para determinado item.

Nestes casos é feita uma recomendação no item 81 da NBC TG 04: “Caso um ativo intangível em uma classe de ativos intangíveis reavaliados não possa ser reavaliado porque não existe mercado ativo para ele, deve ser reconhecido pelo custo menos a amortização acumulada e a perda por desvalorização.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

A Reserva de Reavaliação é reconhecida em contrapartida da reavaliação dos ativos imobilizado e intangível quando (IUDÍCIBUS, 2010):

- a. O valor contábil do ativo aumentar em virtude da reavaliação. Esse aumento deve ser creditado diretamente à conta própria do patrimônio líquido.
- b. O valor contábil diminuir em virtude da reavaliação. Essa diminuição deve ser debitada diretamente à conta própria do patrimônio líquido, até o seu limite (após isso, ou caso não houver saldo, deve ser reconhecida em resultado).

As normas (NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado e NBC TG 04 – Ativo Intangível) instruem o procedimento contábil de transferência do saldo relativo à reavaliação para lucros acumulados:

O saldo relativo à reavaliação acumulada do item do ativo imobilizado/intangível incluído no patrimônio líquido somente pode ser transferido para lucros acumulados quando a reserva é realizada. As transferências para lucros acumulados não transitam pelo resultado.

Em decorrência da transferência não transitar pelo resultado, conforme supracitado, essa receita/despesa referente à reavaliação de ativos não sensibiliza a Demonstração do Resultado do Exercício. Logo, através da Demonstração do Resultado Abrangente é possível dar ao usuário uma visão do resultado da empresa com essas variações inclusas.

b) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido:

Primeiramente, cabe estabelecer o que são “Planos de pensão com benefício definido”. Segundo a NBC TG 33 – Benefícios a Empregados os conceitos acerca do assunto são os seguintes:

Benefício a empregado: toda forma de compensação proporcionada aos empregados de determinada empresa em troca dos serviços prestados por esses empregados.

Plano de benefício definido: é o plano de benefício pós-emprego (que será pago após o período de emprego) em que as contribuições são calculadas de forma a garantir – podendo, assim, podem serem alteradas - que o pagamento dos benefícios seja feito (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

A empresa que opta por criar um plano de benefícios definidos deve, conforme a norma citada acima, mensurar seus ganhos ou perdas atuariais. Essa mensuração pode ser feita do modo indicado na norma ou então através de qualquer método que permita reconhecimento mais rápido desses ganhos ou perdas (contando que a mesma base seja aplicada tanto para ganhos como para perdas e que seja aplicada constantemente a cada exercício).

Há então, dependendo do método que a empresa utiliza para mensurar seus ganhos e perdas atuariais, um impacto da taxa de juros da economia e outros indicadores que balizam os investimentos. Nogueira da Costa (2013) explica:

Se uma taxa real mais baixa torna mais difícil para cada pessoa acumular recursos para sua aposentadoria – exigindo mais economia, mais tempo de acumulação e diversificação -, o mesmo se aplica, em escala muito maior, para empresas que se comprometeram a pagar valores fixos como remuneração a milhares de empregados depois do desligamento por tempo de serviço. Ou seja, a reserva que o fundo de pensão precisa ter hoje para pagar os benefícios ao longo do tempo tem de ser maior do que em um cenário de juros mais altos.

Caso a empresa opte pela segunda opção, (adotar uma política própria de mensuração de ganhos ou perdas atuariais), ela pode reconhecê-los em Outros Resultados Abrangentes, na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme descrito no item 93A.

c) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior:

A NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis estabelece que, caso a empresa precise converter suas demonstrações contábeis para determinada moeda, a fim de realizar uma consolidação de demonstrações. A entidade deve seguir as seguintes etapas (VENDRUSCOLO; NASCIMENTO, 2013):

1. Ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado (incluindo os balanços comparativos) devem ser convertidos, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço;
2. Receitas e despesas para cada demonstração do resultado abrangente ou demonstração do resultado apresentada (incluindo as demonstrações comparativas) devem ser convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações; e
3. Todas as variações cambiais resultantes devem ser reconhecidas em outros resultados abrangentes.

d) Ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda:

A NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece, que após o reconhecimento inicial, a empresa deve mensurar seus ativos financeiros, incluindo derivativos que sejam ativos, pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação que possa incorrer na venda ou em outra alienação. O ganho ou perda decorrente da alteração no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda deve ser reconhecido na Demonstração do Resultado Abrangente - exceto nos casos de perda no valor recuperável e de ganhos e perdas cambiais - até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou a perda cumulativo anteriormente reconhecido com outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado.

e) Efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa:

Também tratada na NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, uma operação de *hedge* só pode ser contabilizada caso preencha alguns requisitos dispostos na norma, tais como existir documentação formal, objetivo e estratégia da gestão de riscos em relação ao instrumento, identificação do risco a ser coberto, entre outros. Para os *hedge* de fluxo de caixa, o requisito é que a transação objeto do *hedge* – que vai ganhar “cobertura” – seja altamente provável e apresente exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado. A parte do ganho ou perda resultante do *hedge* deve ser reconhecida diretamente em Outros resultados abrangentes.

É destacado que os itens dos Outros Resultados Abrangentes devem ser apresentados líquidos dos seus respectivos efeitos tributários ou então antes de seus respectivos efeitos tributários, sendo apresentado em um montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos do presente trabalho foram utilizados os procedimentos metodológicos de pesquisa que são descritos nessa seção. Segundo Gil (2007, p. 17), uma pesquisa compreende

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à natureza a pesquisa é aplicada, visto que visa gerar conhecimento para aplicação prática da área contábil sobre a Demonstração do Resultado Abrangente. No caso desse demonstrativo, há um *gap* no que se refere a trabalhos acadêmicos e até mesmo de referências bibliográficas sobre o assunto. Quanto à abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, pois a partir de uma base de dados, busca-se investigar as informações divulgadas da Demonstração do Resultado. Em relação aos seus objetivos é descritiva ao estabelecer comportamentos das entidades analisadas através da estrutura e dos conteúdos do demonstrativo (TRIVIÑOS, 1987).

No tocante aos procedimentos técnicos, a pesquisa empregou os procedimentos bibliográficos e documentais. O estudo foi desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos - embora escassos sobre o tema, além de reportagens de revistas, sítios e outras fontes especializadas na área; e, principalmente, dos demonstrativos contábeis de companhias de capital aberto (GIL, 2010, p. 44; FONSECA, 2002, p. 32).

3.2 População, Amostra e Coleta de Dados

A população da pesquisa são as empresas de capital aberto com ações listadas na B3, bolsa de valores do Brasil. A amostra foi selecionada pelas empresas que compõem o Índice Brasil 50, mais conhecido como IBRX -50. Esse índice mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na B3 em termos de liquidez, ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação (BM&F BOVESPA, 2014).

Em 17 de maio de 2014, data utilizada para seleção da amostra, a carteira que compunha o índice IBRX -50, era composta pelos setores econômicos e ativos, descritos na Tabela 1. Analisando a listagem, percebe-se que algumas empresas possuem mais de uma ação (é o caso da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, Vale S.A. e da Banco Bradesco S.A.). Sendo assim, a amostra das companhias de capital aberto analisadas nesse estudo, composta por 47 empresas integrantes do índice IBRX -50.

Os dados analisados foram as informações de resultados abrangentes contidas nas Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA) e nas Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) da amostra, extraídos das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) das empresas disponíveis no sítio da CVM, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Após a extração das DFP de todas as companhias selecionadas, foram analisados os seguintes pontos: se a companhia divulga a DRA (sim ou não), qual sua forma de apresentação (dentro da DMPL, separada ou em ambas), quais itens dos Outros resultados abrangentes estão divulgados, se apresenta esses itens líquidos de imposto ou com imposto destacado, bem como a variação do Resultado Líquido Consolidado do Período para o Resultado Abrangente Consolidado do Período. Os resultados dessa análise estão apresentados na próxima seção.

| Setor | Empresa | Código da Ação |
|---------------------------------|--|----------------|
| Bens industriais | Embraer S.A. | EMBR3 |
| Construção e Transporte | CyrelaBrazilRealty S.A. Empreend e Part | CYRE3 |
| | Gafisa S.A. | GFSA3 |
| | MRV Engenharia e Participações S.A. | MRVE3 |
| | PDG Realty S.A. Empreend e Part | PDGR3 |
| Petróleo, Gás e Biocombustíveis | Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR S.A) | CCRO3 |
| | Petróleo Brasileiro S.A. Petróleo Brasileiro S.A. | PETR3 PETR4 |
| Consumo Não Cíclico | BRF S.A. | BRFS3 |
| | Cosan S.A. Indústria e Comércio | CSAN3 |
| | JBS S.A. | JBSS3 |
| | Ambev S.A. | ABEV3 |
| | Companhia Brasileira de Distribuição Natura Cosméticos S.A. | PCAR4 NATU3 |

| | | |
|---------------------|--|----------------|
| | Hypermarcas S.A. | HYPE3 |
| Consumo Cíclico | Lojas Americanas S.A. | LAME4 |
| | Lojas Renner S.A. | LREN3 |
| | Cia Hering. | HGTX3 |
| | Anhanguera Educacional Participações S.A. | AEDU3 |
| | Estácio Participações S.A. | ESTC3 |
| | Kroton Educacional S.A. | KROT3 |
| | Localiza Rent a car S.A. | RENT3 |
| Materiais Básicos | Fibria Celulose S.A. | FIBR3 |
| | Klabin S.A. | KLBN11 |
| | Suzano Papel e Celulose S.A. | SUZB5 |
| | Vale S.A. | VALE3 |
| | Vale S.A. | VALE5 |
| | Braskem S.A. | BRKM5 |
| | Gerdau S.A. | GGBR4 |
| | CIA Siderurgica Nacional Usiminas Siderurgicas de Minas Gerais S.A. | CSNA3 USIM5 |
| Financeiro e Outros | BR Malls Participações S.A. | BRML3 |
| | BR Properties S.A. | BRPR3 |
| | Bradespar S.A. | BRAP4 |
| | Ultrapar Participações S.A. | UGPA3 |
| | Banco Bradesco S.A. | BBDC3 |
| | Banco Bradesco S.A. | BBDC4 |
| | Banco do Brasil S.A. | BBAS3 |
| | Itaúsa Investimentos Itau S.A. | ITSA4 |
| | Itaú Unibanco Holding S.A. | ITUB4 |
| | Banco Santander (Brasil) S.A. | SANB11 |
| | BB Seguridade Participações S.A. | BBSE3 |
| | BM&F Bovespa S.A. | BVMF3 |
| | Cetip S.A. - Mercados Organizados | CTIP3 |
| Cielo S.A. | CIEL3 | |
| Telecomunicações | Oi S.A. | OIBR4 |
| | Telefonica Brasil S.A. | VIVT4 |
| | Tim Participações S.A. | TIMP3 |
| Utilidade Pública | CIA Saneamento Básico Estado de São Paulo | SBSP3 |
| | CIA Energética de Minas Gerais - CEMIG | CMIG4 |

Tabela 1 – Composição do índice IBrX-50 em 17 de maio de 2014

Fonte: Elaborado a partir da Comissão de Valores Mobiliários (2014).

4 | ANÁLISE DOS DADOS

Constatou-se, após análise, que a totalidade das companhias analisadas (47) apresenta a Demonstração do Resultado Abrangente em sua Demonstração Financeira Padronizada, estando elas, assim, de acordo com as normas da entidade que as regula: a CVM. As empresas que apresentaram valores em Outros Resultados Abrangentes divulgaram tanto na forma separada e na modalidade inserida na DMPL. Já as empresas que não apresentaram valores divulgaram apenas da forma separada,

conforme opção prevista no referencial teórico.

A Tabela 2 apresenta as empresas (10, 21% do total analisado) que não apresentaram valores no título “Outros Resultados Abrangentes”, o que não significa que essas empresas estejam omitindo informações. As despesas e receitas das empresas no período foram apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício e todas alterações em seu Patrimônio Líquido podem ser verificadas através da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

| Companhias | Código da Ação |
|---|-----------------------|
| Gafisa S.A. | GFSA3 |
| MRV Engenharia e Participações S.A. | MRVE3 |
| Companhia Brasileira de Distribuição | PCAR4 |
| Hypermarcas S.A. | HYPE3 |
| Anhanguera Educacional Participações S.A. | AEDU3 |
| Estácio Participações S.A. | ESTC3 |
| Kroton Educacional S.A. | KROT3 |
| Localiza Rent a Car S.A. | RENT3 |
| BR Malls Participações S.A. | BRML3 |
| BR Properties S.A. | BRPR3 |

Tabela 2 – Companhias sem valores em Outros Resultados Abrangentes

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Estão na relação acima todas as empresas do setor de Consumo Cíclico da amostra voltadas para a área educacional (Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A. e Kroton Educacional S.A.) – que são prestadoras de serviço. Ou seja, pode-se constatar que nesse setor e nesse tipo de atividade não ocorreram, comumente, operações relacionadas com os itens dos Outros Resultados Abrangentes.

Na sequência, foram analisadas as 37 empresas que apresentam valores no título Outros Resultados Abrangentes. Apurou-se que 25 empresas (68%), com valores no título Outros Resultados Abrangentes, apresentam ganhos ou perdas derivados da conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior. Essas empresas são, em sua maioria, multinacionais do setor de Materiais Básicos (no qual estão inseridas Vale S.A., Braskem S.A., Gerdau S.A. e Petróleo Brasileiro S.A.) e do setor Financeiro e Outros (no qual estão inseridas BM&F Bovespa S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.).

Destaca-se que 23 empresas (62%) têm ganhos ou perdas referentes a planos de pensão com benefício definido. Conforme descrito na seção 2, aliena b, a taxa de juros da economia e outros indicadores que balizam investimentos afetam diretamente esse item.

Outras rubricas também foram apresentadas pelas empresas: “ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de investimentos” e “parcela de outros resultados

abrangentes de controladas” foram os que mais apareceram.

Os itens que as empresas mais divulgaram na rubrica Outros Resultados Abrangentes, estão evidenciados na Figura 1.

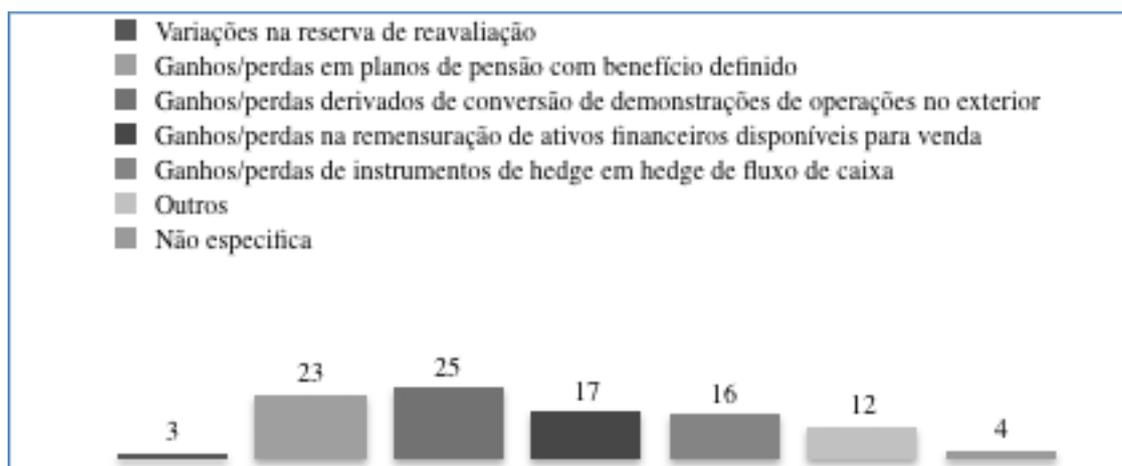


Figura 1 – Itens dos Outros Resultados Abrangentes apresentados

Legenda apresentada na mesma ordem do gráfico

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Outros itens apurados são os ganhos ou perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (17 das 37 empresas – 46%) e ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa (16 das 37 empresas – 43%). Os setores que mais apresentam esses itens são o de Materiais Básicos, com suas multinacionais, e o Financeiro e Outros, com seus bancos e instituições ligadas ao mercado financeiro.

Adicionalmente, a Figura 1 ilustra que 4 empresas (Natura Cosméticos S.A., BB Seguridade Participações S.A., Tim Participações S.A. e CIA Saneamento Básico Estado de São Paulo) apresentaram em sua DRA valores totais a título de Outros Resultados Abrangente, sem especificarem quais os itens que compõem o montante.

Em termos numéricos, as variações provocadas pelos Outros resultados abrangentes entre o Lucro Líquido Consolidado do Período e o Resultado Abrangente Consolidado do Período não são uniformes. Há empresas em que a variação absoluta não chega a 1%, enquanto em outras ultrapassa os 100%. Abaixo as menores e maiores variações registradas estão apresentadas nas Tabelas 3 e 4, respectivamente.

| Companhia | Lucro Líquido Consolidado* | Outros resultados abrangentes* | Resultado abrangente consolidado* | Variação absoluta |
|------------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Cielo S.A. | 2.680.676 | 469 | 2.681.145 | 0,02% |

| | | | | |
|---|-----------|---------|-----------|-------|
| Lojas Americanas S.A. | 402.617 | -151 | 402.466 | 0,04% |
| Tim Participações S.A. | 1.505.614 | 2.245 | 1.507.859 | 0,15% |
| Cetip S.A. - Mercados Organizados | 360.778 | -822 | 359.956 | 0,23% |
| Telefonica Brasil S.A. | 3.715.945 | 13.321 | 3.729.266 | 0,36% |
| Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Part | 893.999 | -6.461 | 887.538 | 0,72% |
| BB Seguridade Participações S.A. | 2.473.752 | -21.787 | 2.451.965 | 0,88% |

Tabela 3 - Variações em relação ao resultado líquido do exercício inferiores a 1%

* valores em R\$ mil

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

| Empresa | Lucro Líquido Consolidado* | Outros resultados abrangentes* | Resultado abrangente consolidado* | Variação absoluta |
|--|----------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Gerdau S.A. | 1.693.702 | 1.989.531 | 3.683.233 | 117,47% |
| Embraer S.A. | 786.410 | 1.030.110 | 1.816.520 | 130,99% |
| Braskem S.A. | 507.038 | -1.386.297 | -879.259 | 273,41% |
| Bradespar S.A. | -47.709 | 386.479 | 338.770 | 810,08% |
| Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A. | 16.791 | 147.848 | 164.639 | 880,52% |
| Vale S.A. | -257.964 | 8.488.736 | 8.230.772 | 3290,67% |

Tabela 4 – Variações superiores a 100%

* valores em R\$ mil

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

As informações constantes nas Tabelas 3 e 4 ilustram a relevância da apresentação da DRA para avaliação do desempenho consolidado da entidade, uma vez que o efeito de suas informações afetam o resultado das companhias analisadas de forma variada. Conforme preconizado em estudos anteriores (WEFFORT, 2005, SANTOS; FERNANDES; SCHMIDT, 2006; NYAMA, 2008), cada ambiente setorial apresenta características que influenciem o sistema contábil.

Os resultados da análise de dados também evidenciaram que 26 empresas, correspondente a 70%, apresentam os itens do demonstrativo já líquidos de efeitos tributários e o restante (11 empresas – 30%) em rubricas redutoras. Tais fatos estão em consonância como referencial teórico apresentado (IUDÍCIBUS, 2010; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

A Tabela 5 evidencia as empresas que apresentam itens dos Outros Resultados Abrangentes antes dos efeitos tributários.

| Companhia | Código da Ação | Segmento Governança Corporativa |
|-------------------|----------------|---------------------------------|
| BRF S.A. | BRFS3 | Novo Mercado |
| Lojas Renner S.A. | LREN3 | Novo Mercado |

| | | |
|-----------------------------------|--------|--------------|
| Banco Bradesco S.A. | BBDC3 | Nível 1 |
| Banco do Brasil S.A. | BBAS3 | Novo Mercado |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | SANB11 | Nível 2 |
| BM&F Bovespa S.A. | BVMF3 | Novo Mercado |
| Cetip S.A. - Mercados Organizados | CTIP3 | Novo Mercado |
| Braskem S.A. | BRKM5 | Nível 1 |
| Gerdau S.A. | GGBR4 | Nível 1 |
| Petróleo Brasileiro S.A. | PETR3 | - |
| Telefonica Brasil S.A. | VIVT4 | - |

Tabela 5 – Empresas que apresentam itens dos Outros Resultados Abrangentes antes dos efeitos tributários

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Percebe-se, através da listagem constante na Tabela 5, que praticamente a totalidade das empresas está inserida em níveis de governança corporativa da B3. Esse fato explica, de certa forma, a intenção das entidades em fazer com que suas demonstrações sejam mais transparentes para análise de seus *stakeholders*.

Em síntese, pela análise realizada nesse estudo, conclui-se que a divulgação das naturezas e dos montantes relativos às transações que transitam por Outros Resultados Abrangentes, conforme preconizado na IAS 1, e nas demais IFRS específicas que estabelecem o tratamento contábil, fornecem subsídios relevantes aos usuários das informações contábeis para a tomada de decisão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica que revelou escassos materiais disponíveis sobre o tema (sendo esses compostos, principalmente, por trabalhos de grandes empresas de auditoria) e pelas normas internacionais e nacionais de Contabilidade. Após, analisou-se um grupo composto por 47 empresas que compõem o índice IBrX-50 da B3 para verificar a evidenciação da DRA. Assim, o presente trabalho integrou a pesquisa teórica com dados empíricos ao investigar a Demonstração do Resultado Abrangente da amostragem e relacionar com o grupo de normativas que a fundamenta.

Constatou-se que a Demonstração do Resultado Abrangente, apesar da divulgação obrigatória apenas para empresas de capital aberto, traz aos usuários da Contabilidade informações contábeis relevantes sobre operações realizadas pelas empresas. O item dos Outros Resultados Abrangentes “Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido”, por exemplo, expõe o risco atuarial das empresas que dispõem esse tipo de benefício aos seus empregados. Neste caso, como citado no trabalho, há uma forte influência da taxa de juros da economia. Sendo assim, faz-se essencial a divulgação desta informação no resultado abrangente da

entidade.

A DRA ao divulgar o “Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior”, possibilita informações abrangentes do resultado consolidado condizente com as paridades entre as diferentes moedas.

Quanto mais amplo o detalhamento dos Outros Resultados Abrangentes mais transparente se torna a Demonstração Financeira Padronizada da empresa e maior consonância com os padrões internacionais de Contabilidade ela vai apresentar. Relaciona-se, também, a divulgação dessas operações com o nível de governança corporativa, através do qual as empresas buscam fornecer aos seus *stakeholders* alto padrão de qualidade das suas informações publicadas ao mercado.

Através da análise dos dados das empresas da amostra selecionada foi possível perceber a existência de um movimento em direção a esse alto padrão de qualidade de informação contábil, visto que grande parte das empresas apresenta a DRA de forma clara e concisa, inclusive com os efeitos tributários destacados.

A qualidade da evidenciação contábil da DRA permite uma maior comparabilidade das informações contábeis produzidas pelas empresas e facilita o processo de tomada de decisões pelos usuários. Ela decorrente da divulgação detalhada de mutações no patrimônio líquido das entidades resultantes de transações e outros eventos ocorridos no período, que não afetaram seu resultado.

O presente estudo não pretende ser definitivo. Muito pelo contrário, abre a possibilidade de confecção de novos estudos sobre a temática. Suscita investigações sobre alterações no resultado abrangente do período, decorrentes de fatores ambientais diversos que afetam a informação contábil. Sendo assim, sugerem-se pesquisas que investiguem a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente em empresas de capital aberto de outros países, fazendo uma análise comparativa entre os itens mais evidenciados, com os apresentados nas companhias abertas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. C.; ADAMI, A. C. O.; ZANDONÁ, N. F. Faturamento e volume exportado do agronegócio brasileiro são recordes em 2013. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada** - Cepea, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 23 jun 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Companhias abertas**. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 17 mai 2014.

_____. **CADERNOS CVM**. Rio de Janeiro, 2014. Disponíveis em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 17 mai 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC-TG 02 (R1) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG02\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG02(R1).doc)>. Acesso em: 15 mar 2014.

_____. **NBC-TG 04 (R1) – Ativo Intangível**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG04\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG04(R1).doc)>. Acesso em: 15 mar 2014.

_____. **NBC-TG 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R1).doc)>. Acesso em: 15 mar 2014.

_____. **NBC-TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27(R1).doc)>. Acesso em: 12 abr 2014.

_____. **NBC-TG 33 (R1) – Benefícios a empregados.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1425.doc>. Acesso em: 12 abr 2014.

_____. **NBC-TG 38 (R1) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1196.doc>. Acesso em: 12 abr 2014.

CURSINO, G. M.; LEMES, S.; BOTINHA, R. A. **Efeito do Resultado Abrangente nos Indicadores de Desempenho das Companhias Abertas Brasileiras.** In: XI CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. São Paulo, *Anais ...* São Paulo: Congresso USP, 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED. **IFRS ao seu alcance.** 2013. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/publications/brazil/other/iyp-smes-2013>>. Acesso em: 23 jun 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IAS 1 – Presentation of Financial Statements.** Londres: IASB, 2007.

NYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; SCHMIDT, P. **Fundamentos da Contabilidade Internacional.** 1. ed, vol. 12. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; SCHMIDT, P. **Harmonização das normas internacionais de contabilidade.** In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf>. Acesso em: 15 mar 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRUSCOLO, M. I.; NASCIMENTO, A. M. Conversão de balanços para moeda estrangeira. In: NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque da eficácia organizacional.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional.** São Paulo: Atlas, 2005.

WEFFORT, E. F. J. **Exportação do agronegócio é recorde em 2013 e eleva superávit do Brasil.** Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2014/02/exportacao-do-agronegocio-e-recorde-em-2013-e-eleva-superavit-do-brasil-4412770.html>>. Acesso em: 14 jun 2014.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-09-3



9 788585 107093